

Ministro sugere recurso contra abuso de escolas

ESTADO DE SÃO PAULO

Os descontentes com os aumentos indiscriminados das mensalidades escolares poderão entrar com recurso junto ao Conselho Federal de Educação, que tomará uma decisão rápida sobre o assunto. A orientação é do ministro da Educação, Jorge Konder Bornhausen, informando que em alguns Estados a interpretação da Portaria 156 que delegou poderes aos Conselhos Estaduais de Educação e às comissões de encargos educacionais "foi muito extensiva". O ministro falou, também, da crise da PUC e da intenção dos alunos e professores em estatizá-la. "O governo não vai federalizar nenhuma universidade", afirmou.

Em São Paulo, a Comissão de Encargos Educacionais não estava instalada quando entrou em vigor a Portaria 156 e a decisão sobre o reajuste das mensalidades ficou a cargo do Conselho Estadual, que decidiu pela liberdade vigiada, com as escolas baseando seus aumentos nas planilhas de custos. Isso levou alguns estabelecimentos escolares a subir

as mensalidades em torno de 200%, sem considerar o poder aquisitivo dos pais de alunos.

A Comissão de Encargos Educacionais foi instalada na semana passada e hoje deverá analisar a sugestão da diretoria regional do Ministério da Educação de fixar um índice de 70% das correções de salários e dissídios, mais os 35% já autorizados anteriormente, o que representará aumento efetivo de 129% neste semestre. O diretor do MEC em São Paulo, Nelson Boni, disse que o processo de reajuste das mensalidades aqui "foi todo tumultuado e invertido" pela demora da instalação da comissão.

O ministro Jorge Konder Bornhausen, que esteve ontem em São Paulo, informou que seu ministério determinou alguns parâmetros ao transferir a responsabilidade dos aumentos das semestralidades escolares às comissões de encargos — onde ela existir — ou aos conselhos estaduais de educação, sem contudo,

permitir a liberdade vigiada dos preços, como ocorreu em São Paulo. Por isso, a sua sugestão para que os penalizados com a medida recorram ao Conselho Federal de Educação. "O CFE tomará medidas rápidas para não prejudicar os estudantes que terão de refazer matrículas ou cursar o segundo semestre. Vou pedir ao presidente do CFE para agilizar as decisões em torno dos recursos."

E ontem mesmo o Movimento de Pais e Alunos Inadimplentes entrou com recurso no Conselho Estadual de Educação "para rever a liberdade vigiada", conforme informações de Hebe Tolosa, da direção do movimento.

"Esperamos que os conselheiros sejam sensíveis e que a postura do educador supere os interesses pessoais. A liberdade vigiada provoca a inadimplência de pais e estabelece o capitalismo selvagem nas escolas particulares", disse Tolosa, que prometeu recorrer também ao CFE se este recurso não dar resultado.